

---

## PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

---

## E TRABALHO DOMÉSTICO NÃO

---

## REMUNERADO. ESTUDO DE CASO

---

## SOBRE YOUTUBERS MIRINS\*

---

DOI 10.18224/frag.v32i1.12038

CAMILA WELIKSON\*\*  
LEONEL AGUIAR\*\*\*

*Resumo: lavar e passar roupa, cozinhar, varrer, limpar a casa e cuidar das crianças são atividades compreendidas como parte de uma “natureza” feminina, significando que o trabalho doméstico não remunerado é visto como tarefa de mulher. Esta ideologia patriarcal perpetua-se no imaginário contemporâneo, sendo reproduzida, inclusive, por meio de vídeos divulgados nas redes sociais digitais e protagonizado por crianças. Este ensaio teórico visa refletir sobre o desenvolvimento desta percepção ao longo da história e seu enraizamento na cultura brasileira, além de discutir como a associação entre tarefa doméstica não remunerada e mulher foi reforçada nas sociedades neoliberais. Como estudo de caso, analisa vídeos de uma dupla de irmãos youtubers mirins para entender como encenações aparentemente inofensivas reproduzem uma cruel estrutura patriarcal.*

Palavras-chave: *Youtubers mirins. Trabalho doméstico não remunerado. Feminismo.*

**A** classe trabalhadora no mundo contemporâneo – bastante complexa e heterogênea por incluir “estáveis” e precarizados, nacionais e imigrantes, qualificados e sem qualificação – vê crescer em suas fileiras cada vez mais mulheres, a grande maioria delas encurralada em uma situação de dupla exploração ao assumir, involuntariamente, as funções domésticas não remuneradas. O Instituto de Pesquisa Datafolha realizou uma série histórica sobre a participação dos brasileiros na economia do país. De acordo com os dados apresentados, em 1993, 19% da população declarava sua ocupação como “do lar” – termo apresentado pelos próprios entrevistados. Em 2019, a parcela da população que se declarou “dona de casa” caiu para 7%. A pesquisa demonstrou que,

---

\* Recebido em: 10.10.2021. Aprovado em: 13.05.2022.

\*\* Doutoranda em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Estudo dos Media e do Jornalismo pela Universidade Nova de Lisboa. *E-mail*: camilawelikson@hotmail.com.

\*\*\* Doutor e Mestre em Comunicação (UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio. *E-mail*: laaguiar@uol.com.br.

estatisticamente, era e ainda é insignificante a parcela masculina que responde ter como principal função os serviços domésticos<sup>1</sup>.

Lavar e passar roupa, fazer a comida, varrer a casa e, inclusive, cuidar das crianças são atividades compreendidas como parte da natureza do sexo feminino. Neste trabalho, veremos como esta percepção já estava presente no início da era moderna, na Europa, atravessou o pensamento iluminista do século XVIII, foi enraizada na cultura dos países latino-americanos e reforçada nas sociedades neoliberais.

Veremos, também, como os *youtubers* mirins reproduzem esta estrutura patriarcal cruel por meio de vídeos aparentemente inofensivos. Usaremos, como exemplo, as encenações midiáticas da dupla de irmãos, uma menina com 8 anos e um menino com 11 anos na ocasião desta pesquisa. Os dois publicam histórias com milhões de visualizações em que a menina é apresentada como a personagem responsável pelas tarefas de casa. O sucesso entre o público infantil pode ser preocupante por indicar que inúmeras crianças, sejam elas do sexo feminino ou masculino, estão recebendo a mensagem de que o trabalho doméstico é um atributo natural das mulheres e a intensificação do pensamento neoliberal nos últimos anos reforça tal ideia ao corroborar certos tipos de relações sociais, certas formas de viver e certas subjetividades, como afirmam Lavalle e Dardot (2016).

Para refletir sobre este assunto, usamos como referência autoras feministas que discutiram sobre o trabalho doméstico não remunerado, entre elas, Silvia Federici, Flávia Biroli e Catherine Hall. Para embasar as análises sobre capitalismo e neoliberalismo, recorreremos ao pensamento de autores como Lavalle e Dardot, Antunes e Sennett, entre outros. Para entender o universo de *youtubers* mirins, utilizamos como referência o trabalho de Renata Tomaz (2016) que discute os modos de produção de subjetividade na infância acionados na rede social *Youtube*. Não aprofundamos a pesquisa sobre o universo de “webcelebridades” infantis porque, aqui, nosso objetivo é bastante específico: entender como vídeos produzidos por crianças colaboram para a reprodução da ideia de que o trabalho doméstico não remunerado é uma tarefa exclusivamente feminina.

## TRABALHO DOMÉSTICO: “COISA DE MULHER”

A carga laboral excedente dada ao sexo feminino devido aos afazeres da casa não é uma novidade das sociedades que assumiram políticas neoliberais. No início da era moderna, na Europa, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens devido à sua natureza. Davis (1990) explica que, além da existência de leis e normas que as sujeitavam aos maridos, um dos remédios propostos para a desordem feminina era o trabalho honesto para ocupar as mãos, numa referência às atividades da casa. Na Inglaterra e na França, a extensão do capitalismo comercial reforçou a sujeição das mulheres, especialmente a partir do século XVIII:

As mulheres casadas tinham perdido boa parte de qualquer personalidade legal independente que tivessem tido antes e tinham menos direito legal de tomar decisões próprias sobre seus dotes e seus bens do que anteriormente. Mulheres proprietárias eram cada vez menos envolvidas em assembleias políticas locais e regionais. Mulheres trabalhadoras de famílias prósperas começavam a abandonar o trabalho produtivo e aquelas de famílias pobres cada vez mais ocupavam as posições mais mal remuneradas do mercado de trabalho. Isto não quer dizer que as mulheres não tivessem acesso informal ao poder ou que tivessem perdido o papel vital na economia nesses séculos, mas o caráter daquelas relações estava em crise (DAVIS, 1990, p. 108-109).

Quando, na Inglaterra do século XVIII, as mulheres de famílias com baixo poder aquisitivo já estavam tão inseridas no ambiente fabril que participavam ativamente de manifestações sociais pelos direitos da classe operária<sup>2</sup>, pensadores iluministas reforçavam a divisão de papéis, distinguindo o espaço familiar do espaço civil e impondo às mulheres a responsabilidade pelas atividades na esfera doméstica. Na Grã-Bretanha e na França, surgiram teorias sobre a diferença sexual baseadas na distinção preliminar entre a esfera pública e privada e acreditava-se que as mulheres possuíam características morais distintas que poderiam ser reforçadas no cenário certo, ou seja, dentro de casa:

Rousseau combinou sua crítica da fraqueza moral e sexual das mulheres com a crença de que elas poderiam agir como fontes de inspiração moral e orientação se lhes fosse permitido florescer em seus mundos domésticos. Os pensadores iluministas defendiam que a esfera doméstica poderia servir como um papel positivo para mulheres, um papel baseado em uma afirmação de diferença, mais do que similaridade, com os homens (HALL, 2013, p. 91-92).

Este pensamento foi sendo cimentado ao longo do século XIX. Em 1820, o jornalista e político inglês William Cobbett defendia que as mulheres só poderiam se tornar merecedoras de respeito a partir de suas habilidades domésticas. Uma mulher incapaz de cozinhar não era de confiança, dizia ele. “O consenso radical de Cobbett colocava a mulher firmemente na esfera doméstica” (HALL, 2013, p. 92).

Tais ideias foram trazidas para o Brasil. No fim do século XVIII e ao longo de todo o século XIX, a educação voltada para as mulheres (burguesas) se limitava a uma formação para as tarefas consideradas próprias da condição feminina, o que significava alfabetização e serviços domésticos, como costurar e bordar.

Em 1798, o Bispo de Olinda, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, defendia a educação das moças, com o argumento de que elas não eram destinadas “para fazer guerra, nem para ocupar o ministério das coisas sagradas, não têm, contudo, ocupações menos importantes ao público. Elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude” (COUTINHO *apud* SILVA, 1989, p. 152).

Mas, assim como na Inglaterra, nem todas as mulheres estavam restritas apenas aos serviços domésticos. Desde o período colonial, o trabalho feminino ultrapassava, sim, os limites da casa, afirma Algranti. De acordo com esta autora, estudos mostram “a atuação de mulheres viúvas ou mesmo casadas que na ausência dos maridos dirigiam fazendas e comandaram dezenas de escravos – além daquelas brancas pobres e forras, sem maridos, que viviam de suas ‘agências’” (1997, p. 151). Não podemos esquecer estas figuras e, tampouco, podemos ignorar as inúmeras mulheres negras – livres, libertas ou até mesmo escravas de ganho<sup>3</sup> – que ocupavam os espaços urbanos, como especialistas das ruas, trabalhando, principalmente, como quitandeiras e vendedoras de itens diversos.

No interior do país, a população feminina também precisou sair de casa para trabalhar. Desde o século XIX até os dias atuais, a vida no meio rural segue com pujança os padrões patriarcais, porém, ajustados à realidade dos grupos pertencentes aos níveis inferiores da pirâmide social, ou seja, todos precisam ajudar no trabalho. Neste contexto, a mulher é a que mais sofre.

Seu dia a dia era muito mais sacrificado que o do homem, pois não apenas lhe compete todo o trabalho da casa – que na roça compreende fazer roupas, pilar cereais, fazer farinha, além das atribuições culinárias e dos arranjos domésticos – mas ainda labutar

a seu lado. A mulher continuava, antes de tudo, ventre gerador de uma penca de filhos (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 576).

No século XX, grande parte das mulheres que se mudaram para os centros urbanos como migrantes rurais ocuparam espaço no mercado de trabalho por meio dos serviços domésticos.

A mulher do trabalhador comum moureja geralmente como doméstica, ou na fábrica de tecidos, em confecções, “fazendo serviço para fora”, de hábito como lavadeira ou costureira. “Trabalha porque precisa”, “porque o salário do marido não dá”. Não porque queira, pois “o certo é a mulher ficar em casa”, “tomar conta da casa”, “cuidar do marido e dos filhos” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 600).

Em meados do século XX, no casamento, reduziu-se a distância social entre homem e mulher, até então, uma das características da velha família patriarcal, mas “a diferenciação de funções persistia: o homem continuava o ‘cabeça do casal’, o ‘chefe da casa’, o encarregado de prover ao sustento da família; a mulher, a mãe, a dona de casa, a esposa” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 612).

Ao longo de todo o século XX (e ainda hoje), campanhas publicitárias e manuais de economia doméstica produzidos no Brasil foram e são desenvolvidos para o público feminino. O padrão é o mesmo nas telenovelas desde o lançamento de “Sua vida me pertence”, de 1951, a primeira novela – ainda não diária – da televisão brasileira. Vê-se nos folhetins o “modelo em que o espaço público do trabalho é definido como domínio do homem, encarregado do sustento da família, e o espaço privado da casa como domínio da mulher, encarregada dos serviços domésticos e do cuidado dos filhos” (HAMBURGUER, 1998, p. 471). No entanto, Kobayashi alerta para o fato destas mulheres, na vida real, não serem exclusivamente donas de casa, como também acontecia na Europa:

As mulheres se dedicavam aos afazeres domésticos, mas nem todas se voltavam para essas tarefas exclusivamente. Muitas trabalhavam em funções como secretárias, professoras, assim como na indústria têxtil. Outras ocupavam postos em serviços domésticos remunerados: empregadas, camareiras, cozinheiras, lavadeiras, entre outras (KOBAYASHI, 2018, p. 757-758).

Independentemente de as mulheres estarem no mercado de trabalho produtivo, a imagem do papel feminino voltado para o universo doméstico sempre predominou. Paralelamente à construção da ideia de que as mulheres deveriam se responsabilizar pelos afazeres domésticos, criou-se a noção de que este trabalho não tinha qualquer valor.

Para Karl Marx, por exemplo, “o processo de trabalho (...) é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas” (MARX, 2006, p. 218). O capitalista compra o valor diário da força de trabalho do seu empregado; a força de trabalho, portanto, tem valor-de-uso, mas não é em si uma mercadoria e os tipos de trabalho compreendidos como serviços – que não se transformam em produtos a serem, posteriormente, separados do trabalhador – não têm tanta relevância

Para Marx, portanto, os serviços “incapazes de existir como mercadorias independentes do trabalhador (...) são de relevância microscópica quando comparados com a massa de produção capitalista. Por isso, podem ser completamente ignorados” (MARX *apud* STEEDMAN, 2013, p. 104).

Antes de Marx, Adam Smith já dizia que as coisas criadas e fabricadas constituem um trabalho materializado em algo concreto, o que não acontece com o trabalho doméstico:

O trabalho do empregado doméstico (...) não se materializa em bens vendáveis. Seus serviços geralmente terminam no mesmo instante da sua realização e raras são as vezes em que deixam algum rastro ou algum valor pelo qual se poderia obter, posteriormente, uma quantidade equivalente de serviço” (SMITH apud STEEDMAN, 2013, p. 103).

A combinação de ideias patriarcais com ideias capitalistas permitiu o surgimento da tese de que o trabalho doméstico é um trabalho “natural” das mulheres e que não tem valor, portanto, não deve ser remunerado<sup>4</sup>. Esta tese, por sua vez, possibilitou a reprodução do próprio modelo capitalista e tornou-se, na opinião de Silvia Federici, a manipulação mais dissipada e a violência mais sutil já perenizadas pelo capitalismo contra um setor da classe trabalhadora. Para a autora:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado (FEDERICI, 2019, p. 42).

Assim como Federici, Ricardo Antunes acredita que até hoje esta estrutura – em que, no universo da vida privada, as mulheres dedicam horas decisivas ao trabalho doméstico – viabiliza e sustenta a força de trabalho de todos os integrantes de uma família, inclusive os homens que não assumem as tarefas da casa, o que permite a sustentação de todo o sistema capitalista<sup>5</sup>. Em sua opinião, “sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de *reprodução* do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas” (ANTUNES, 2009, p. 108-109).

A percepção de que trabalho de casa é coisa de mulher permanece enraizada em nossa sociedade e se perpetua de diversas formas, inclusive entre as crianças. Estas, resguardadas na esfera privada ao longo de todo o período moderno, aprenderam que à mulher coube a tarefa de cuidar da casa e dos filhos. No Brasil, a imprensa colaborou para solidificar na esfera pública o que se entendia como o trabalho da mulher dentro da esfera doméstica:

Tal conjuntura aparece nos múltiplos periódicos e títulos que começaram a circular no Brasil da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, cujo objetivo era orientar as mulheres nos cuidados e na criação de seus filhos (...). Se, ao longo do século XX, os meios de comunicação de massa foram fundamentais para que as narrativas da vida privada fossem altamente visibilizadas, na virada do século XXI, as redes sociais, amparadas sobretudo pelas novas tecnologias, contribuíram para que os indivíduos não só tivessem acesso a essas narrativas, mas as produzissem, não apenas de outros, mas de si mesmos (TOMAZ, 2016, p. 9-10).

Desta forma, as novas gerações continuam a perceber as tarefas domésticas como algo natural do sexo feminino; mais que isso, jovens e crianças reproduzem esta percepção por meio das novas

tecnologias ao “narrar-se e dizer-se para um número paulatinamente maior de pessoas” (TOMAZ, 2016, p. 10). Isto fica bastante evidente ao assistir os vídeos de *youtubers* mirins produzidos no Brasil, especialmente meninas, que se narram como indivíduos com a obrigação de assumir os trabalhos domésticos não remunerados. Veremos isso, com mais clareza, a seguir.

## PROFISSÃO: *YOUTUBER* MIRIM

Criado em 2005, o *Youtube* fez tanto sucesso que pouco tempo após o seu lançamento foi comprado pelo *Google*. Aparecer e ter êxito na maior plataforma de compartilhamento de vídeos do mundo encheu os olhos de muita gente e virou profissão. Entre as inúmeras “webcelebridades” que surgem diariamente, muitas são crianças, os chamados *youtubers* mirins, que ganham cada vez mais representatividade e espaço.

Se antes a esfera pública era ocupada por homens notáveis, agora, como explica Tomaz, este espaço torna-se, mais e mais, colonizado por pessoas ordinárias (2016). A figura do *youtuber* mirim se enquadra nesta categoria, ou seja, passa a ter “uma existência pública, no sentido de visível, não porque tenha realizado algo relevante, mas porque produz imagens de si mesma” (TOMAZ, 2016, p. 11). A visibilidade das crianças que se apresentam em vídeos na Internet é, de fato, significativa. Um mapeamento sobre o consumo e a produção infantil de vídeos para crianças (CORREA, 2016) mostrou que, em 2016, no Brasil, 46 dos cem canais mais visualizados no *Youtube* eram voltados para o público infantil e dos 230 principais canais infantis, 61 eram canais de *youtubers* mirins.

Esse estudo de caso envolve dois irmãos, ela com 10 anos e ele com 12 anos. A dupla apresenta o próprio canal como um espaço onde “você encontra historinhas, brincadeiras e muita diversão! Nossos vídeos são dedicados a crianças e toda família”. O espaço virtual já conta com mais de dezesseis bilhões de visualizações. Em 2017, eles comemoravam um milhão de seguidores, mas atualmente já são mais de vinte e oito milhões de inscritos.

Os títulos dos vídeos, por vezes, podem soar constrangedores: “*Menina* brinca de limpar a casa e o *menino* bagunça”, “*Menina* finge ser babá por um dia com bebê de verdade”, “Minha primeira máquina de costura”, “*Menina* é cozinheira por um dia” e “*Menina* implorando ao *menino* por novas roupas, joias e cosméticos”.

A recorrência de vídeos em que a menina assume o papel da dona de casa que serve física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino é gritante. Mais uma vez, recorremos a Federici que explica ser esta uma criação do capital para amenizar as dificuldades criadas pelo trabalho e suas solitárias relações sociais. Esta dona de casa é treinada desde cedo para assumir seu papel:

É quase impossível aproveitar qualquer liberdade se, desde os primeiros dias da sua vida, você tem sido treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. Se você não gosta, o problema é seu, o fracasso é seu, a culpa e a anormalidade são suas (FEDERICI, 2019, p. 44).

Em mais de um vídeo, a *Menina* repete a frase “vida de dona de casa não é fácil”. A divisão sexual do trabalho é realmente uma arapuca para as mulheres. De acordo com Biroli, a forma como o capitalismo está estruturado, em congruência com o sistema patriarcal existente no Brasil, posiciona trabalhadoras do sexo feminino em “um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente” (BIROLI, 2018, p. 23). A cientista política lembra, ainda, que as hierarquias

de gênero nas quais se sustenta a sociedade brasileira contemporânea impulsionam limitações e desvantagens que regem as trajetórias das mulheres<sup>6</sup>.

A questão racial mostra uma realidade bastante alarmante, como aponta Biroli: “o fato de ela [divisão sexual do trabalho] não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe” (BIROLI, 2018, p. 23). No entanto, independentemente da classe e da raça, todas as mulheres são atingidas com a divisão sexual do trabalho, mesmo que com consequências diferentes daquelas impostas às mais pobres e, mais especificamente, às mulheres negras. Por meio da análise de conteúdo do discurso, veremos, a seguir, como a menina atuante como *youtuber* mirim reproduz uma ideologia que atende a essa dinâmica de classe.

“Vida de dona de casa não é fácil: cozinhar, lavar, esfregar, mas depois fica tudo sujo de novo”. É desta forma que *Menina* de 8 anos começa o vídeo em que “brinca de limpar a casa”. Logo que arruma a sua própria cama, diz: “agora eu vou arrumar a cama do *Menino* porque ele já acordou”. Nenhuma estranheza no fato do irmão não assumir a tarefa.

Assim que *Menina* termina de arrumar os lençóis, o *Menino* surge e desarruma a cama; em seguida, diz que está com fome e pergunta: “o café já está pronto?” E lá vai a menina; ela prepara o café da manhã do irmão, o serve e limpa sua sujeira. Sorridente, varre a casa e passa pano nos móveis. O menino espalha brinquedos pela sala, ela arruma. Ela limpa as janelas, ele passa tinta nos vidros e ela limpa novamente. Por fim, ele derruba pipoca no sofá e ela aspira. Ao final da encenação, ele oferece a ela, como uma espécie de recompensa pelo trabalho, um almoço em um restaurante.

Hall explica que a posição da mulher de classe média como esposa e mãe surgiu ao mesmo tempo em que emergiu a própria classe média inglesa entre 1790 e 1830. Suas crenças e práticas culturais incluíam uma separação bem discriminada entre as esferas masculina e feminina:

Homens deveriam ser ativos no mundo público dos negócios e da política. Mulheres deveriam ser *gentis* e dependentes, dentro do mundo privado da casa e da família. As duas mais poderosas influências culturais e intelectuais na formação da classe média foram o Cristianismo e a economia política. Ambas, cada uma a sua maneira, enfatizaram os interesses diferentes de homens e mulheres e articularam os discursos das esferas separadas (HALL, 2013, p. 94).

A responsabilidade desigual pelo chamado trabalho produtivo não remunerado corrobora o sistema patriarcal no capitalismo. E como sistema político, o patriarcado se traduz como exploração do trabalho das mulheres pelos homens. O sexo torna-se um grupo ou classe e a força de trabalho será apropriada (ou não) de acordo com o grupo ou classe em que o indivíduo se encontra. Quem faz parte da classe/grupo do sexo masculino é coletivamente beneficiado dentro deste esquema.

A recompensa com um almoço fora de casa apenas reforça este sistema ao atribuir ao homem a posição de provedor:

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. São elas *apenas* que fornecem este tipo de trabalho *gratuitamente*, e essa gratuidade se define numa relação: o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo (BIROLI, 2018, p. 28-29).

Importante destacar que os vídeos analisados são produzidos pela mãe dos irmãos, assim como ocorre com inúmeros outros *youtubers* mirins em todo o mundo, mostrando, claramente, que a mensagem “trabalho doméstico é atributo natural das mulheres” é transmitida de forma espontânea de uma geração para outra.

Como vimos até aqui, as mulheres já ocupavam espaço no mercado de trabalho muito antes do neoliberalismo, mas houve nas últimas décadas um aumento significativo do labor feminino – em especial entre as mulheres de baixa renda – que representa “mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado” (ANTUNES, 2009, p. 105).

Na última geração, muitas mulheres de classe média passaram a ocupar um espaço nas fileiras da mão de obra americana, europeia e japonesa e “continuaram na força de trabalho mesmo depois de ter filhos: juntaram-se às mulheres já empregadas em níveis inferiores dos serviços e da manufatura” (SENNET, 2015, p. 34).

O trabalho de cuidar das crianças é um ponto importante da estrutura patriarcal capitalista. A exploração, em um nível coletivo, abarca a responsabilidade pelas crianças às mulheres, ao mesmo tempo em que isenta coletivamente os homens desta mesma responsabilidade. A exploração individual (apropriação do trabalho da esposa pelo marido) só é possível graças à apropriação coletiva do trabalho das mulheres. Ao se isentar de forma coletiva e institucionalizada da tarefa de cuidar dos filhos, os homens passam a “exigir como retorno pela sua participação na provisão financeira das crianças a totalidade da forma de trabalho de sua mulher” (DELPHY *apud* BIROLI, 2018, p. 29).

São diversos os vídeos de *youtubers* mirins que abordam esta temática e a dupla de irmãos reproduz essa ideologia. Em um vídeo intitulado “*Menina* finge ser babá por um dia com bebê de verdade”, a protagonista recebe a visita de uma tia que diz: “*Menina*, eu preciso voltar correndo para o trabalho e preciso que você tome conta do bebê para mim”.

Trata-se, afirma Birolí, “de uma dinâmica que define padrões conjugais, afetivos e ocupacionais e incide na construção dos direitos” (BIROLI, 2018, p. 30). Na encenação mencionada acima, quando o bebê faz cocô, o *Menino* logo anuncia que não sabe trocar fralda e a *Menina* presume que limpá-lo deve ser igual a trocar fralda de boneca, ou seja, nos mostra que a brincadeira das crianças do sexo feminino já indica o papel social da mulher.

As trabalhadoras da classe média, muitas com filhos, fazem parte do universo dos profissionais liberais e técnicos; da década de 1990 para cá, elas passaram a representar quase metade da força de trabalho destes setores e que atua em tempo integral. Para Sennet (2015):

A necessidade, assim como o desejo pessoal, motivou esse trabalho; um padrão de vida de classe média em geral exige hoje dois assalariados adultos. Essas trabalhadoras precisavam, porém, de horas de trabalho mais flexíveis; em todas as classes, muitas delas são empregadas de meio período e mães em período integral. A entrada das mulheres da classe média na força de trabalho ajudou assim a causar maior inovação no planejamento flexível do tempo integral e de meio período (SENNET, 2015, p. 34).

Se a flexibilidade aparenta ser, inicialmente, uma opção tentadora, em pouco tempo se mostra uma armadilha, principalmente quando as mulheres são obrigadas a assumir dupla ou tripla jornada de trabalho.

O processo de feminilização do labor, portanto, não significa conquistas das mulheres, tampouco direitos iguais para ambos os sexos. Há, na verdade, um movimento inverso: além dos

níveis de remuneração e os direitos sociais das mulheres serem frequentemente menores, há também a tendência, apontada por Antunes, da expansão do trabalho a domicílio. Esta nova realidade:

É permitida pela desconcentração do processo produtivo, pelo crescimento de pequenas e médias unidades produtivas. Através da telemática e das tecnologias da informação (além do avanço das formas de flexibilização e precarização do trabalho que estamos indicando), com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo. Desse modo, o trabalho produtivo a domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino (ANTUNES, 2009, p. 237).

A flexibilidade de tempo e a possibilidade de trabalho remoto nas sociedades neoliberais nos dão a falsa impressão de algo novo, mas na verdade, como bem afirma Crary, “as relações de poder e de controle existentes permanecem, na prática, as mesmas” (2014, p. 26). Lavalle e Dardot também acreditam que o neoliberalismo, além de destruir direitos, “*produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (2016, p. 16), uma destas relações sociais refere-se justamente à posição da mulher como eterna responsável pelo cuidado da casa e dos filhos.

No caso do trabalho doméstico não remunerado, portanto, o que vemos não é uma produção, mas uma reprodução de certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e certas subjetividades, como fica claro no vídeo da dupla de irmãos.

O Estado neoliberal, neste caso específico, de fato atua como “um simples instrumento nas mãos de uma classe capitalista desejosa de restaurar uma relação de força favorável *vis-à-vis* aos trabalhadores e, desse modo, aumentar sua parte na distribuição de renda” (LAVALLE; DARDOT, 2016, p. 22).

Além de alimentar o sistema capitalista, a reprodução da falsa verdade sobre o trabalho doméstico não remunerado ser uma ocupação natural do sexo feminino está associada a uma dinâmica que aniquila direitos sociais, econômicos e, principalmente, políticos:

A divisão sexual do trabalho doméstico, em seu entrelaçamento com a organização do trabalho assalariado no capitalismo, explicaria, por exemplo, o fato de a jornada de trabalho “normal” ser aquela de um indivíduo liberado do trabalho cotidiano necessário para sua própria manutenção. Se considerarmos o fato de que estão em questão o acesso ao tempo livre e à renda, teremos uma base para o entendimento de que as possibilidades de participação no sistema político não variam apenas segundo a posição socioeconômica relativa da unidade familiar (medida, por exemplo, pela renda média familiar e pelo tipo de ocupação à qual o chefe da família tem acesso), mas guardam correspondência com as hierarquias *de gênero* (BIROLI, 2018, p. 30).

Se, por um lado, paralelamente ao neoliberalismo, o movimento de libertação das mulheres conquistou uma dimensão internacional, por outro lado, como aponta Federici, a situação prática das mulheres não melhorou e houve uma “feminização da pobreza”. A maioria das feministas ignorou “as mudanças provocadas pela reestruturação da economia mundial sobre as condições materiais das mulheres” (2019, p. 137) e não percebeu a importância de reconhecer o neoliberalismo como “um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (LAVALLE; DARDOT, 2016, p. 30) que prejudica a luta das mulheres e destrói muitos dos seus direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas mulheres ingressaram no mundo do trabalho fora de casa, mas continuaram a lavar, cozinhar, passar roupa, cuidar dos filhos e limpar a casa. A diferença é que agora assumem esta função à noite, de manhã ou nos finais de semana. Os dados revelam que o problema do trabalho doméstico não remunerado é ainda mais dramático para as mulheres atualmente porque elas dedicam mais horas ao trabalho, seja ele produtivo ou reprodutivo.

Este trabalho é a “base oculta da economia mundial, e o salário equivalente à vida útil de trabalho [das mulheres] é estimado em dezesseis trilhões de dólares” (MCMURTRY *apud* FEDERICI, 2019, p. 135).

Os inúmeros vídeos de *youtubers* mirins – visualizados bilhões de vezes – que mostram meninas realizando serviços em casa enquanto meninos não assumem nenhuma responsabilidade por estas atividades reproduzem a ideia de que o trabalho doméstico não remunerado é “coisa de mulher” e reforçam tal ideia no inconsciente de seus expectadores, a grande maioria crianças com menos de dez anos.

O grande perigo é que estes vídeos contribuem para a perpetuação da violência contra a mulher. Não apenas a violência de naturalizar o serviço da casa como algo intrínseco ao sexo feminino, mas também a violência física e verbal porque, afinal, para além do fato de este trabalho colaborar para a acumulação do capital, a agressão e a hostilidade são elementos fundamentais da organização da reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2019). O capitalismo dá ao homem o salário<sup>7</sup> (ou o salário maior), o que permite que ele controle o trabalho da mulher e sinta, muitas vezes, que tem o poder de agredi-la física e/ou verbalmente.

Para mudar essa realidade, é imperioso lutar contra a imagem que associa o trabalho doméstico não remunerado à natureza feminina. Mais que isso, é fundamental pôr fim à “divisão entre mulheres ‘que de fato trabalham’ e mulheres ‘que não trabalham’ (elas são ‘apenas donas de casa’), o que implica que o trabalho não assalariado não é trabalho, que trabalho doméstico não é trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 67).

Esta luta – uma obrigação não só de feministas, não só de mulheres, mas de toda a sociedade – começa na compreensão da existência de uma caça às bruxas moderna, como afirma Federici (2019), em que mulheres são violentadas, torturadas, aprisionadas e até assassinadas por conta dos padrões sociais estabelecidos pelo sistema capitalista patriarcal.

## SUBJECTIVITY PRODUCTION AND UNPAID HOUSEWORK: CASE STUDY ON LITTLE YOUTUBERS

*Abstract: washing and ironing, cooking, sweeping, cleaning the house and taking care of children are activities understood as part of the feminine “nature”, meaning that unpaid housework is seen as a woman’s task. The patriarchal ideology is perpetuated in the contemporary imagination, being reproduced even through videos released on digital social networks and starring children. This theoretical essay aims to reflect on the development of this perception throughout history and its rootedness in Brazilian culture, in addition to discussing how the association between unpaid housework and women has been strengthened in neoliberal societies. As a case study, it analyzes videos of a couple of young youtubers brother and sister to understand how apparently harmless plays reproduce a cruel patriarchal structure.*

**Keywords:** *Little youtubers. Unpaid household work. Feminism.*

## Notas

- 1 Informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/parcela-da-populacao-que-se-declara-dona-de-casa-cai-para-7-em-26-anos.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.
- 2 O crescimento dos centros urbanos, principalmente durante o Império, colaborou para o crescimento do número de escravos que atuavam ao ganho, um sistema de trabalho que se tornou comum nas grandes cidades brasileiras e que surgiu como uma nova face, bastante contraditória, da escravidão. Os escravos e escravas de ganho transformaram-se em personagens centrais das cidades num momento de crescimento, pois eram os responsáveis pela manufatura, transporte, circulação e venda de mercadorias. À medida que as cidades se desenvolviam - aumentando a população, o comércio, as manufaturas, enfim, os serviços em geral -, os escravos tornavam-se mais necessários em todos os setores da vida urbana. Nas ruas, circulavam também as escravas domésticas, que assumiam diversas tarefas fora de casa, como a realização de pequenas compras, envio de recados ou carregamento de baldes de água em fontes públicas, única forma de abastecimento de água antes do sistema de canalização domiciliar, que ocorreu na segunda metade do século XIX.
- 3 Dorothy Thompson afirma que é uma hipocrisia do pensamento conservador Vitoriano qualificar o sexo feminino como “criaturas frágeis e delicadas”. Segundo a autora, as mulheres no século XVIII não precisaram lutar pelo direito de trabalhar pelo simples fato de já estarem totalmente inseridas no espaço laboral e a sociedade inglesa dificilmente teria sobrevivido sem o seu trabalho. Elas foram levadas para o espaço da casa em algum momento ou pouco antes da metade do século XIX. Para esta autora, até então, há inúmeras evidências de sua participação política ativa dentro da classe operária (THOMPSON, 1993).
- 4 O trabalho reprodutivo é aquele necessário para a reprodução da espécie humana, o que inclui a gravidez e o parto, portanto, algo que pertence naturalmente à mulher. No entanto, também é considerado trabalho reprodutivo aquele que garante a sobrevivência humana, ou seja, a alimentação, cuidados físicos e sanitários, manutenção do espaço e dos bens domésticos. Estas atividades acabam por também ser naturalmente atribuídas à mulher e não são reconhecidas na esfera econômica e social, diferentemente do trabalho produtivo (assalariado), que é aquele trabalho que modifica o valor de uso das mercadorias, o que gera riqueza material e não material.
- 5 Na década de 1970, autoras feministas debatiam sobre o trabalho doméstico não remunerado. Silvia Federici publicou o artigo “Salários contra o trabalho doméstico” (1975) em que propunha o pagamento de salários para estas tarefas. Por outro lado, Christine Delphy se colocava como uma das principais representantes das teorias feministas dos sistemas duais, cujo argumento se baseia na ideia de que o modo de produção capitalista e o modo de produção patriarcal (doméstico) formam duas dinâmicas paralelas. Estas ideias contrapõem teorias marxistas cujo argumento é o de que a opressão específica das mulheres é explicada a partir do capitalismo (DELPHY, 2013).
- 6 Apesar deste artigo não focar a questão racial, não podemos ignorar que o feminismo construído na América Latina enfraqueceu consideravelmente ao deixar de lado a questão extremamente relevante do caráter multirracial e pluricultural dos países latino-americanos. Discutir a divisão sexual do trabalho sem conectá-la ao problema da raça é, como afirma Lélia González, repetir o racionalismo universal abstrato tão marcante do discurso do homem branco: “Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas” (GONZÁLEZ, 1988, p. 14; GONZÁLEZ, 2011).
- 7 O controle do homem sobre a mulher ocorre mesmo nas famílias em que ambos trabalham fora de casa porque a desigualdade em relação aos salários ainda é uma realidade no Brasil. Dados do IBGE apontam que a desvantagem salarial existe independentemente da profissão. Informações disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>. Acesso em: 10 out. 2021.

## Referências

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando. *A História da vida privada no Brasil*. Volume I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CORREA, Luciana. *Geração YouTube: um mapeamento sobre o consumo e a produção infantil de vídeos para crianças de zero a 12 anos. Brasil – 2005-2016*. São Paulo: ESPM MÍDIA LAB, 2016.
- CRARY, Jonathan. *24x7. Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- HALL, Catherine. La historia de Samuel y Jemima: género y cultura en la Inglaterra del siglo XIX. *Revista Mora del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, Buenos Aires, v. 19, p. 83-110, 2013.
- HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. *In*: NOVAIS, Fernando. *A História da vida privada no Brasil*. Volume IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 439-487.
- KOBAYASHI, Elizabete Mayumy. A saúde via consumo: a representação idealizada das donas de casa, mães e esposas nos manuais de economia doméstica e nos anúncios das revistas O Cruzeiro e Manchete, 1940-1960. *Revista História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, v. 25, n. 3, p. 743-761, 2018.
- LAVALE, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In*: NOVAIS, Fernando. *A História da vida privada no Brasil*. Volume IV. São Paulo: Companhia das Letras, p. 559-658, 1998.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SILVA, Maria Beatriz Nissa. Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial. *Revista de História da USP*, São Paulo, v. 55, n. 109, p. 149-164, 1977.
- STEEDMAN, Carolyn. El trabajo de servir: las tareas de la vida cotidiana, Inglaterra, 1760-1820. *Revista Mora del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, Buenos Aires, v. 19, p. 101-126, 2013.
- TOMAZ, Renata. *Youtube, infância e subjetividades. O caso Julia Silva*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura das Mídias do XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.